



*Prefeitura Municipal de Taubaté*  
*Estado de São Paulo*

**DECRETO Nº 16.283, DE 19 DE JANEIRO DE 2026**

Dispõe sobre a regulamentação da Lei Municipal n. 6.080, de 9 de setembro de 2025, que institui o programa Farmácia Solidária em Taubaté.

**SÉRGIO LUIZ VICTOR JÚNIOR, PREFEITO DE TAUBATÉ**, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 58, §1º, I, 'a', da Lei Orgânica do Município, e à vista dos elementos constantes do Processo Administrativo n. 16.184/2025,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Este Decreto regulamenta a Lei Municipal n. 6.080, de 9 de setembro de 2025, que institui o programa Farmácia Solidária em Taubaté.

**Art. 2º** As Farmácias Solidárias são os estabelecimentos vinculados a pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos cujas atividades favoreçam a população de baixa renda com a dispensação gratuita de medicamentos e produtos de interesse da saúde provenientes de doações, sob atuação de profissional farmacêutico devidamente habilitado.

§ 1º Entende-se por dispensação gratuita de medicamentos o ato profissional farmacêutico de proporcionar um ou mais medicamentos obtidos por doação à Farmácia Solidária ao usuário final de forma gratuita como resposta à apresentação de uma receita elaborada por um profissional autorizado.

§ 2º A dispensação gratuita será realizada nos termos da Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, além de resoluções do Conselho Federal de Farmácia e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, bem como atos normativos expedidos pelo Conselho Regional de Farmácia.

§ 3º As doações de medicamentos e produtos de interesse da saúde poderão vir da comunidade, de instituições da sociedade civil, drogarias, distribuidoras, indústrias farmacêuticas, clínicas médicas e médicos.

**Art. 3º** As Farmácias Solidárias, para seu funcionamento, devem obrigatoriamente cumprir as leis federais e estaduais, Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, as Resoluções da Diretoria Coletiva (RDC) da ANVISA e atos normativos expedidos pelo Conselho Regional de Farmácia que versem sobre o tema.



## *Prefeitura Municipal de Taubaté* *Estado de São Paulo*

§ 1º Os objetivos deste programa poderão ser desenvolvidos em parceria com instituições que disponham de estrutura técnica e administrativa para operá-lo, de modo a ampliar sua capacidade de atendimento e facilitar o acesso da comunidade aos seus benefícios.

§ 2º Todos os recursos financeiros aplicados no projeto serão de responsabilidade das instituições da sociedade civil devidamente credenciadas e autorizadas pelo poder público para operarem o projeto e que disponham de estrutura financeira, técnica e administrativa para tal fim.

§ 3º Os estabelecimentos regulamentados por esse Decreto somente podem receber e dispensar medicamentos e produtos de interesse da saúde devidamente regularizados junto ao órgão de vigilância sanitária competente.

§ 4º Os estabelecimentos previstos nesse Decreto devem possuir condições técnico-operacionais para a manutenção das condições de armazenamento e dispensação dos medicamentos e produtos de interesse da saúde recebidos por doação, conforme definido pelo fabricante.

**Art. 4º** As Farmácias Solidárias devem possuir, obrigatoriamente, os seguintes documentos no estabelecimento:

- I – Alvará de Funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal;
- II – Licença Sanitária vigente;
- III – Certidão de Regularidade Técnica expedida pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF);
- IV – Manual de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), contemplando limpeza de ambientes, aquisição de medicamentos, controle de validade e avaliação de prescrições; e
- V – Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS).

**Parágrafo único.** A Licença ou Alvará Sanitário e a Certidão de Regularidade Técnica deverão permanecer afixados em local visível ao público.

**Art. 5º** As Farmácias Solidárias devem contar com a assistência de farmacêutico responsável técnico, ou de seu substituto, durante todo o horário de funcionamento, nos termos da legislação vigente.

§ 1º Os estabelecimentos devem possuir estrutura compatível com as atividades desenvolvidas, contendo, no mínimo:

- I – ambiente para armazenamento, dispensação e atividades administrativas; e
- II – sanitário.



## *Prefeitura Municipal de Taubaté* *Estado de São Paulo*

§ 2º As áreas internas e externas deverão ser mantidas em boas condições físicas e estruturais, permitindo a adequada higienização e não oferecendo riscos aos usuários e funcionários.

§ 3º As superfícies internas – pisos, paredes e tetos devem ser lisas, impermeáveis, laváveis, em perfeitas condições e resistentes aos agentes sanitizantes.

§ 4º O estabelecimento deve garantir:

- I – ventilação e iluminação compatíveis com as atividades;
- II – proteção contra insetos, roedores ou outros animais;
- III – equipamentos de combate a incêndio em quantidade e localização adequadas;
- IV – sanitário de fácil acesso com pia, água corrente, toalhas descartáveis, sabonete líquido e lixeira com tampa possível de abrir e fechar a pedal;
- V – programa de sanitização, desratização e desinsetização realizado por empresa licenciada; e
- VI – abastecimento com água potável, com caixa d'água protegida e procedimentos escritos de limpeza, devidamente registrados.

§ 5º É vedado às Farmácias Solidárias:

- I – realizar dispensação de medicamentos por meio remoto;
- II – utilizar dependências da farmácia como consultório ou para fins diversos do licenciamento; e
- III – prestar serviços farmacêuticos definidos pela RDC Anvisa nº 44/2009, ou outra que venha a substituí-la.

**Art. 6º** Os medicamentos doados serão submetidos à triagem pelo farmacêutico responsável técnico, que avaliará as condições de identidade, qualidade e segurança antes da incorporação ao estoque do programa.

§1º Poderão ser recebidos para dispensação os medicamentos que:

- I – apresentem prazo de validade igual ou superior a seis meses;
- II – estejam em suas embalagens originais, íntegras e devidamente lacradas;
- III – contenham bula e identificação legível do lote e da data de validade; e
- IV – não apresentem indícios de violação, adulteração, contaminação ou má conservação.

§ 2º É vedado às Farmácias Solidárias o recebimento e a dispensação de medicamentos:

- I – sem registro na ANVISA;
- II – com blisters contendo comprimidos ou cápsulas faltantes;
- III – termolábeis;



## *Prefeitura Municipal de Taubaté* *Estado de São Paulo*

IV – antimicrobianos, medicamentos controlados pela Portaria SVS/MS nº 344/1998 e de uso restrito hospitalar;

V – manipulados; ou

VI – fracionados.

**Art. 7º** Os medicamentos devem ser armazenados de forma ordenada, seguindo as especificações do fabricante e sob condições que garantam a manutenção de sua identidade, integridade, qualidade, segurança, eficácia e rastreabilidade.

§ 1º O ambiente de armazenamento deverá ser limpo, protegido da luz solar direta, umidade e calor excessivo, garantindo a preservação das características físico-químicas e microbiológicas dos medicamentos.

§ 2º Os medicamentos devem ser mantidos em prateleiras, gavetas ou suportes equivalentes, afastados do piso, das paredes e do teto, permitindo fácil limpeza e inspeção.

§ 3º Os medicamentos deverão permanecer em área de circulação restrita aos funcionários, sendo vedada sua exposição direta ao alcance do público.

§ 4º Os produtos violados, vencidos, sob suspeita de falsificação, adulteração ou má conservação deverão ser segregados em área específica e identificados quanto à sua condição e destino, de modo a evitar sua entrega ao consumo.

§ 5º Os medicamentos considerados inaptos ao uso ou vencidos deverão ser destinados ao descarte ambientalmente adequado, conforme estabelece a RDC Anvisa nº 222/2018, ou outra que venha a substituí-la.

§ 6º A Farmácia Solidária deverá manter contrato com empresa licenciada e especializada para a realização do descarte de medicamentos.

**Art. 8º** A dispensação de medicamentos será feita exclusivamente mediante prescrição de profissional legalmente habilitado.

§ 1º O farmacêutico deverá avaliar a receita observando:

I – legibilidade e ausência de rasuras ou emendas;

II – identificação do usuário;

III – identificação do medicamento, concentração, forma farmacêutica, posologia e quantidade;

IV – modo de usar;

V – duração do tratamento;

VI – local e data de emissão; e



## *Prefeitura Municipal de Taubaté* *Estado de São Paulo*

VII – assinatura e número de registro do prescritor no respectivo conselho profissional.

§ 2º A dispensação de medicamentos genéricos e similares, no que tange à intercambialidade, deve ser feita de acordo com o disposto na legislação específica.

§ 3º Não poderão ser dispensados medicamentos com receitas ilegíveis, rasuradas ou que possam induzir a erro.

§ 4º O usuário deverá ser informado quando o produto apresentar prazo de validade próximo ao vencimento.

§ 5º É vedada a dispensação de medicamentos cuja posologia não possa ser concluída dentro do prazo de validade.

§ 6º É vedada a dispensação de medicamentos a menores de 18 anos desacompanhados de responsável.

**Art. 9º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Taubaté, 19 de janeiro de 2026, 387º da fundação do Povoado e 381º da elevação de Taubaté à categoria de Vila.

**SÉRGIO LUIZ VICTOR JÚNIOR**  
**Prefeito Municipal**

**CARLO GUILHERME DA SILVEIRA E LIMA**  
**Secretário de Saúde**

Publicado na Secretaria de Governo e Relações Institucionais, 19 de janeiro de 2026.

**ANDRÉ LUIZ MARCONDES DE ARAÚJO**  
**Secretário de Governo e Relações Institucionais**

**HUGO DE OLIVEIRA VIEIRA BASILI**  
**Diretor de Assuntos Legislativos**

Assinado por 4 pessoas: HUGO DE OLIVEIRA VIEIRA BASILI, CARLO GUILHERME DA SILVEIRA E LIMA, ANDRÉ LUIZ MARCONDES DE ARAÚJO e SÉRGIO LUIZ VICTOR JÚNIOR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://taubate.1doc.com.br/verificacao/98C3-D338-3A33-9D57> e informe o código 98C3-D338-3A33-9D57



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 98C3-D338-3A33-9D57

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



HUGO DE OLIVEIRA VIEIRA BASILI (CPF 331.XXX.XXX-63) em 19/01/2026 08:22:22 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CARLO GUILHERME DA SILVEIRA E LIMA (CPF 183.XXX.XXX-30) em 19/01/2026 08:58:01  
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ANDRE LUIZ MARCONDES DE ARAUJO (CPF 121.XXX.XXX-20) em 19/01/2026 09:28:33 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



SÉRGIO LUIZ VICTOR JUNIOR (CPF 372.XXX.XXX-76) em 19/01/2026 17:35:17 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://taubate.1doc.com.br/verificacao/98C3-D338-3A33-9D57>